

## Educação: direito universal ou negócio?

Paloma de Lavor Lopes/UGB-RJ  
Priscilla Carvalho Reis Meletti/ UGB-RJ  
Nádia Aparecida da Silva/UGB-RJ

### RESUMO

A garantia do direito a todos de uma educação plena e de qualidade em meio à revolução científico-tecnológica e ao capitalismo globalizado é indiscutível. Com base nisso, o artigo tem por objetivo demonstrar que a educação vem se reafirmando como negócio, onde a dominação econômica e ideológica faz com que a educação, no novo cenário político, se torne um serviço ou mercadoria. O trabalho parte da necessidade do resgate dos valores da educação, onde o conhecimento é visto como um bem público. Em seguida, evidencia-se o direito à educação como sendo um direito fundamental e universal. Depois o artigo caracteriza-o como direito público subjetivo, por meio de exposição histórica e atual da educação em uma sociedade capitalista caracterizada pela divisão social. Sendo assim, a educação sofre grandes transformações, pois passa a ser direcionada para o mercado de trabalho e o indivíduo busca atender essa nova demanda. Logo, a generalização da escola surge como necessidade histórico-social, determinada como um instrumento econômico e ideológico que contribui para a harmonização social. Por fim, ressalta-se que a aplicação efetiva desse direito junto à sociedade é primordial para o desenvolvimento da nação e para a justiça social.

**Palavras chave:** Direito à educação, Educação como negócio, Estado.

### 1 INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro depara-se com alguns desafios, entre eles a distância em que se encontra de sua efetiva universalização, apesar da garantia do direito de todos à educação expressa pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) vem trabalhando para a implementação do Acordo Geral para o Comércio em Serviços (GATS), o que significa a diminuição de barreiras legais para a privatização do setor de serviços. Com a liberação do setor educacional, serão criadas empresas especializadas no fornecimento de professores, currículos, avaliações de professores e certificações de cursos.

O cenário político explicita o estágio avançado da mercantilização da educação, intensificando o papel da educação como serviço e mercadoria:

Nos últimos anos da década de 1990, elementos de continuidade e novas expressões vêm à tona no que tange ao processo de abertura do setor educacional como opção de investimentos de grupos privados. O elemento de continuidade é garantido pelo reforço à concepção de educação como estratégia de qualificação da força de trabalho para o mercado e também de dominação ideológica, através da visão da difusão da concepção de mundo burguesa. O elemento de novidade é o crescente empresariamento da educação, com três aspectos importantes. O primeiro diz respeito à globalização crescente dos sistemas educacionais na América Latina, sendo cada vez mais significativos na região os incentivos para que universidades públicas e privadas associem-se às universidades estadunidenses e europeias. O segundo refere-se à constituição das universidades corporativas implementadas nas ou pelas empresas. O terceiro se expressa no incentivo ao investimento na educação à distância, impulsionada pelo desenvolvimento das inovações tecnológicas (LIMA, p. 6, 2002).

Buscaremos nesse artigo refletir se é possível a educação defender os valores da solidariedade, da cidadania e da democracia, dentro de uma instituição totalmente mercantilizada.

Partimos do pressuposto de que há algum tempo, “no nível do ensino fundamental, logrou-se universalizar o acesso e (a criação de) [...] escolas públicas para todos. A mesma universalidade ainda não atinge o ensino médio, mas não se houve falar de cotas nas escolas secundárias, a que nem todos têm igual acesso e onde faltam vagas” (GOLDEMBERG e DURHAM, 2006). Entendemos, portanto, que o conhecimento, para ser aprimorado e difundido como bem público, não pode ficar submetido ao poder da tradição e da autoridade.

### 2 O CAPITALISMO E A EDUCAÇÃO

Quando contextualizamos a educação em um determinado momento histórico, demonstramos que o movimento social que a produz é mediado por um processo histórico. Segundo MARX E ENGELS

(1986) é o modo de produção da vida material que condiciona o processo da vida social, política, religiosa e jurídica. E a sociedade capitalista é caracterizada pela divisão social favorecida pela apropriação dos meios de produção por um grupo de pessoas e, outro grupo expropriado, possuindo apenas seu corpo e capacidade de trabalho.

A partir do surgimento da propriedade privada e da divisão social em classes, a educação passa por diversas transformações. À medida que essa comunidade primitiva se transforma numa sociedade dividida em classes, a educação se efetiva com o próprio processo de trabalho e começa a se atrelar aos interesses de classe. Surge então uma educação diferenciada: a classe dominante, dos proprietários, tinha uma educação que se dava na escola; a educação da maioria se dava no próprio trabalho.

Percebemos, portanto, que em determinadas épocas históricas a educação tornou-se restrita às classes dominantes. Com a chegada do capitalismo, ela tende a ser massificada, atingindo camadas mais baixas da população. Em meados do século XVIII, quando ocorre a transição da manufatura para a grande indústria (Primeira Revolução Industrial na Inglaterra), que sucede a emergência da extensão dos serviços escolares.

ENGELS (1985) relata sobre o desenvolvimento da classe trabalhadora na Inglaterra, que começa a surgir na segunda metade do século XVIII:

[...] o trabalhador é, de direito e de facto, o escravo da classe possuidora, da burguesia; a sua escravidão é tal que chega ao ponto de ser vendido como uma mercadoria e de seu preço subir e descer tal como o de uma mercadoria. Se a procura de trabalhadores aumenta, o seu preço sobe; diminuiu-se, o seu preço baixa. [...] A única diferença em relação à antiga escravatura, praticada abertamente, está em que o trabalhador actual parece ser livre, porque não é vendido definitivamente mas pouco a pouco, diariamente, semanalmente, anualmente e porque não é um proprietário que o vende a outro, mas é ele próprio que é obrigado a vender-se desta maneira; porque não é escravo de um só proprietário mas de toda classe possuidora.(ENGELS, 1985, p. 117-118).

A partir de então, a proposta burguesa clássica da escola pública, universal, laica, obrigatória e gratuita, ganhou novas forças na luta pelo direito da educação para todos. Entretanto, como os serviços educacionais são livres à iniciativa privada, movida essencialmente pela busca ao lucro, a educação não será entendida como um direito, mas como uma mercadoria, sempre procurando o retorno de seus investimentos, passando a atender os desígnios do mercado.

### 3 A EDUCAÇÃO ENQUANTO MERCADORIA

O mercado é a maneira com a qual os seres humanos têm de apropriar-se dos bens úteis ao atendimento de suas necessidades. Aquele que não puder consumir mercadorias encontrará ameaçada sua existência. O mercado oferecerá seus produtos àqueles que puderem pagar por isto. Para aqueles que não possam pagar o sistema mercantil não oferecerá respostas satisfatórias.

A generalização da escola surge como necessidade histórico-social, em que o próprio sistema capitalista, na tentativa de redefinir seus investimentos e lucros, visa a escola como um instrumento econômico e ideológico que contribui para a harmonização social. O Estado democrático e nacional já consolidado sente a necessidade de via escola, instruir os futuros cidadãos, ou seja, os futuros trabalhadores da indústria ajustados à sociedade em questão (ALVES, 1998).

Teixeira et all (2006) afirma que “do ponto de vista do marxismo, mercantilizar um bem é fazê-lo funcionar como mercadoria, e a mercadoria é o conceito central na análise que Marx faz do capitalismo”. Os autores ainda complementam que o “dinheiro é um equivalente universal, e desta forma, tendo valor monetário, um bem automaticamente é colocado numa relação quantitativa em relação aos outros bens” e que “isto é plenamente observável quando levamos em conta o aspecto educacional”.

Para tanto, a mercantilização da educação se firma como realidade a partir do fim da década de 1960 e início da década de 1970, em função da Crise Estrutural do Capital. A intensa queda na taxa de lucro das classes dominantes devido à crise, e a saturação dos mercados consumidores mundiais, levaram a elite econômica a procurar novos ramos de mercado para valorizar o seu capital.

A estratégia da classe burguesa para contornar a Crise foi a política neoliberal, acentuando o princípio da liberdade de mercado. Com isso, a educação deixa de ser entendida como direito e necessidade humana para ser vista como um serviço, podendo ser oferecida pelo mercado e se

submetendo às suas regras fundamentais: compra e venda, oferta e demanda etc.; tornando-se cada vez mais voltada para a profissionalização e formação técnica para o mercado de trabalho, deixando de lado sua função primordial: a humanização dos indivíduos.

#### **4 O PANORAMA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

De acordo com HADDAD e GRACIANO (2004), em estudo realizado pela Consultoria Merrill Lynch anualmente a educação, em geral, movimenta cerca de US\$ 2,2 trilhões, e em 2001 empregava cerca de 5% da mão-de-obra mundial. Segundo os autores, a mesma instituição afirma que em movimento contrário, o gasto público no setor tem-se mantido constante ou até decresceu.

Estima-se que o ensino privado movimente, por ano, R\$ 90 bilhões - aproximadamente 3% do PIB (Revista Exame, 22/12/2008). Estes gastos ainda não ultrapassam os investimentos públicos em educação, mas é fundamental lembrar que, de 2001 a 2008 o setor do ensino privado aumentou seu movimento de capitais de R\$ 10 bilhões para 90 bilhões e, nenhum setor na economia brasileira cresceu tanto no período.

Esse panorama justificaria um crescente interesse de órgãos internacionais no gerenciamento e elaboração de propostas na área da Educação, principalmente nos países em desenvolvimento. O Brasil, cuja Constituição proíbe que a educação básica seja tratada como serviço, não aderiu às negociações do GATS (Acordo Geral de Comércio de Serviços) - estabelecido pela Organização Mundial do Comércio (OMC), garantindo a não regulação internacional da educação e conseqüentemente, o fechamento dos setores educacionais para investimento estrangeiro.

Contudo, as evidências demonstram que a aprovação dos acordos da OMC não implicaria em uma mudança da situação vigente, já que parte importante do ensino privado no Brasil já se encontra completamente na esfera do mercado. A internacionalização do mercado interno já ocorre, uma vez que a legislação brasileira não proíbe o investimento de capitais internacionais na educação do país.

A educação transformou-se em mercadoria? Tratá-la como mercadoria é considerar o acesso restrito a quem detém o capital para comprá-la, excluindo os menos favorecidos. A redução do sentido social da educação aos interesses do lucro representa um empobrecimento do seu fim maior. O que podemos prever quanto ao modelo educacional que vem se expandindo, aliado à lógica de mercado, é a garantia ao acesso da elite dominante aos bens e produtos educacionais, acentuando as desigualdades ao excluir a população de baixa renda de um direito universal: a Educação.

Porém, mesmo com a garantia Constitucional do direito à Educação e as tentativas de impedimento de sua mercantilização por meio de proibições legais, o mercado avança vorazmente. É como proibir a circulação de uma mercadoria para a qual há grande demanda, donde identificamos as principais conseqüências: crescente centralidade da educação no desenvolvimento e preparação para o trabalho; introdução crescente de tecnologias no processo educativo; a transformação da educação em objeto do interesse do grande capital.

No Brasil, a legislação proibia que as instituições de ensino dessem lucro. Apenas com a promulgação da Constituição de 1988 é que se explicitou a possibilidade de existência de escolas com fins lucrativos.

As atividades comerciais em educação passaram então a ser difundidas. Além da oferta de vagas, tanto na educação básica quanto, em maior escala, na superior, cresceu a venda de materiais pedagógicos e pacotes educacionais. Ao mesmo tempo, mantém-se a grande dificuldade de se implementar uma política pública consistente, que permita expandir a oferta de modo a competir quantitativamente com a iniciativa privada.

#### **5 A EDUCAÇÃO PÚBLICA POSTA À PROVA**

A educação tornou-se uma ferramenta do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um paradigma que torna possível a reprodução do sistema de classes. A natureza da educação, em lugar de instrumento da emancipação humana, está vinculada ao destino do trabalho.

A generalização da escola surge como uma necessidade do próprio sistema capitalista, que visa a escola como instrumento econômico e ideológico que contribui para a harmonização social.

O enfraquecimento da educação pública, pressionada pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos, exemplifica o panorama instaurado pelo neoliberalismo: a mercantilização da educação, funcional à sua lógica do consumo e do lucro.

Historicamente, podemos perceber que a organização da educação pretende atender ao capital, apresentando uma sociedade excludente e contraditória, onde os meios de produção e o conhecimento são propriedade privada.

A contradição entre as classes marca a questão educacional e o papel da escola. Quando a sociedade capitalista tende a generalizar a escola, esta generalização aparece de forma contraditória, porque a sociedade burguesa preconizou a generalização da educação escolar básica. Sobre esta base comum, ela reconstituiu diferença entre as escolas de elite, destinadas predominantemente a formação intelectual, e a escola para as massas, que se limitam à escolaridade básica ou, na medida que tem prosseguimento, fica restrita a determinadas habilitações profissionais (SAVIANI, 1994, p. 159).

Aos poucos, o discurso neoliberal vai procurando afirmar, incorporando como uma de suas tônicas o sistema de mercado, enfatizando a produtividade, modernidade e qualidade; buscando justificar-se, oferecendo-se como um modelo positivo de gerenciamento da educação.

Bertolin (2009) afirma que no Brasil, “foi somente no ano de 1995 que políticas mercantilistas foram tomadas para o setor educacional”. Segundo o autor, o governo de Fernando Henrique Cardoso instituiu uma reforma educacional que observou os ditames de instituições financeiras multilaterais, ressaltando a recomendada pelo Banco Mundial em 1994, que direciona recursos da educação superior para a educação fundamental.

Sguissardi (2005) faz um levantamento dos recursos destinados às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e mostra que há uma drástica redução dos mesmos nas últimas décadas, conforme trecho a seguir:

Observe-se que os recursos destinados às IFES, que, em 1989 (Governo Sarney), correspondiam a 0,97% do PIB, e que, em 1994 (Governo Itamar Franco), correspondiam a 0,91%, caem gradativamente e, em 2001, atingem apenas 0,61% desse indicador da riqueza nacional, isto é, uma queda de 34% no período. (SGUISSARDI, 2005, p. 213).

Além de reduzir os recursos para a Educação, seja ela Superior ou Fundamental, existe uma forte convicção que tenta ser passada à sociedade de que o que é gratuito não é de qualidade e para tanto, a escola particular seria um modelo de investimento em qualidade.

Teixeira et al (2006) relatam como fatores que demonstram o efeito da chamada mercantilização na educação superior como: a) a expansão indiscriminada de universidades privadas; b) a formação de profissionais voltada à empregabilidade, em detrimento à pesquisa; c) as formas de avaliação baseadas em medidas quantitativas; d) a desigualdade do conhecimento; e) determinações mundiais na educação. Os autores concluem que cabe à Universidade o papel de Instituição Social, formadora de cidadãos e não somente de profissionais para o mercado.

Bertolin (2009) afirma ainda que o processo de avaliação implantado fomenta ainda mais a competitividade, uma prática de mercado.

A ideia de uma universidade organizada e gerida nos moldes empresariais, trabalhando com uma semimercadoria no quasemercado educacional está cada vez mais presente no discurso e nas práticas oficiais das políticas públicas de educação superior. (SGUISSARDI, 2005, p. 215).

A escola pública enfrenta o desafio de encarar as inovações que o setor privado oferece. Cabe refletir sobre como introduzi-la no espaço da modernidade e dominar com competência os recursos que a tecnologia vai disseminando na área da produção e do consumo.

A política neoliberal é aplicada com rigor na busca da sustentação dos novos ramos de mercado capazes de garantir o lucro das elites econômicas. Para tanto, os que lutam contra o domínio do capital, contra a exploração, a opressão, dominação e a alienação, têm como tarefa educacional a transformação social emancipadora.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos do sistema educacional é a satisfação das necessidades humanas. Ao analisarmos historicamente este sistema, constatamos que a educação sempre esteve a serviço dos detentores dos meios de produção.

Para tanto, a mercantilização da educação justifica a necessidade de expansão do capital para outros setores da economia, impulsionada pelas políticas neoliberais, fundamentadas no princípio de livre mercado e conseqüentemente a privatização.

A educação, antes considerada direito dos cidadãos, agora não mais exclusiva do Estado, passa a ser denominada, sob a ótica redefinida neoliberal do público e do privado, de serviço público não estatal.

É importante destacar que estamos assistindo uma adequação do modelo educacional à lógica de mercado, reafirmando o acesso da elite dominante aos bens e produtos educacionais, excluindo grande parte da população de baixa renda e acentuando as desigualdades.

O segmento educacional privado vem buscando legitimar-se como moderno, usuário de tecnologias, administrador eficiente, detentor de infra-estrutura e avanços científicos. Porém, é acessível a um grupo restrito, terminado por consagrar de vez as desigualdades sociais.

Apesar da grande distância em que se depara a nossa educação no atual sistema brasileiro, ainda que expresso na nossa Constituição em seu Art 205, há muito que se fazer por ela.

Mediado por um processo histórico social, é através da educação que o modo de vida social se produz e com ela surge a divisão social proporcionado pelo sistema capitalista. Sendo assim, antes era considerada como uma produção para o bem comum, porém com a divisão da sociedade em classes ela se torna conveniente ao interesse dessa classe dominante. Desta forma, tornou-se com o passar do tempo restrita a esta classe. Com o advento do capitalismo, passa a atingir a camada mais baixa da população e ganhou novas forças, pois se tornou pública, universal, laica, obrigatória e gratuita, sendo considerado um direito de todos.

Com isso, os serviços educacionais são livres a iniciativa privada que por sua vez, passa a ser vista como um instrumento econômico ideológico que contribui para a harmonização social. Levando em conta tal situação, chega a transformar a sua matriz primordial e passa a ter outro caráter que é o de serviço, ou seja, preparar o indivíduo para o mercado de trabalho e deixando de lado a sua essência, que é a humanização das pessoas.

O ensino privado foi um dos setores que com o passar dos anos possibilitou o crescimento da economia brasileira, onde esta se encontra em sua maior parte no mercado. Visto que já faz parte do mercado interno, mesmo antes de se fazerem acordos com instituições estrangeiras de capital, pois em nosso país nossa legislação não proíbe o investimento de capitais na educação. Porém, com essa ressalva, a educação acaba perdendo seu sentido e se tornando um produto, onde os que detêm o capital passam a adquiri-la e para os menos favorecidos, o seu acesso fica mais restrito. Não se deve deixar de mencionar que a nossa legislação a caracteriza como sendo um direito de todos, porém o mercado de trabalho cada vez mais exige um profissional com várias competências.

Sendo assim, a busca por uma educação de qualidade recentemente vem crescendo. Portanto, deve-se ter uma política pública consistente para que se possa manter a equidade com a iniciativa privada. A educação constitucionalmente tem, como direito/garantia fundamental, sua imutabilidade garantida, devendo ser oferecida a todos de forma eficiente e contínua, não só quando prestada pelo Poder Público, mas também prestada pelo particular. Pois, as políticas sociais estão orientadas para dar continuidade ao processo de desenvolvimento humano que ocorreu apesar da falência do processo de industrialização e desenvolvimento econômico. Sua bandeira é investir os recursos públicos “nas pessoas”, garantido que todos tenham um acesso mínimo de educação, saúde, alimentação, saneamento e habitação, bem como às condições para aumentar a expectativa de vida e para alcançar uma distribuição mais equitativa das oportunidades.

Considerando sua importância e considerando a educação como serviço público, o Estado deve atuar como regulador, planejador, incentivador do mercado dos serviços educacionais. A Constituição reafirmou os direitos de segunda dimensão no seu texto, prevendo os direitos sociais em capítulo próprio. Logo, a Educação no novo panorama mundial mediante a nova oportunidade e uma globalização cada vez maior, viabilizou uma maior importância para os padrões educacionais, no contexto mundial, uma vez que a formação do capital humano é vital para o início do desenvolvimento local e, conseqüentemente, para uma abertura maior da economia. Tratar a educação como direito universal ou como serviço passou a ser a dúvida e a questão contraditória, nessa ampliação dos

horizontes globalizados: como oferecer uma educação básica aos mais pobres e ter, ao mesmo tempo, a responsabilidade da formação do “capital humano”.

A focalização dos recursos no ensino fundamental é uma orientação que atende duplamente às necessidades do mercado. De um lado, permite que a população mais pobre tenha acesso a um mínimo de conhecimento para se inserir no mercado de trabalho e, de outro, deixa um vasto campo (mercado) a ser explorado pela iniciativa privada, nos ensino técnico e superior.

Conclui-se que, a educação não pode se tornar só um produto, um divisor de classes, pois o seu princípio não está pautado na concorrência de mercado, mas sim, na socialização dos indivíduos.

## ABSTRACT

The guarantee for all citizens to have a full and quality education in the middle of the scientific-technological revolution and globalized capitalism is incontestable. About this, the main goal of this article is to show that education is a business, where the economic and ideological domination moves education to a new political scenario where it is a service or a good. The work presumes the necessity to rescue education values, where knowledge is seen as a public good. At follows, the right for education is emphasized as a fundamental and universal right. Next, the article characterizes the public right as subjective, by doing an historical exposition of actual education in a capitalism society characterized by social division. Therefore, education transforms itself, because it is meant to attempt the labor market and the person to attempt this new demand. Then, the generalization of school emerges as a social-historical necessity, determined as an economic and ideological instrument that contributes for social harmonization. Finally, we emphasize that education as a right is primordial for nation development and social justice.

**Keywords:** Educational right, Education as a business, State.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Gilberto Luiz. **A Produção da Escola Pública Contemporânea**. Campinas: UNICAMP, 1998. (Tese Doutorado).
- BERTOLIN, Júlio C. G.. Avaliação da educação superior brasileira: relevância, diversidade, equidade e eficácia do sistema em tempos de mercantilização. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 14, n. 2, p. 267-290, jul. 2009.
- ENGELS, Friedrich. **A Situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.
- GOLDEMBERG, José; DURHAM, Eunice. Cotas nas universidades públicas. **Jornal Estado de São Paulo**. São Paulo, 22 março de 2006. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=36171>. Acesso em agosto de 2010.
- HADDAD, Sérgio; GRACIANO, Mariângela. Educação: direito universal ou mercado em expansão. **Perspectiva**, São Paulo, v.18, n.3, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24780.pdf>. Acesso em maio de 2010.
- LIMA, Kátia Regina de Souza. Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, Lúcia M. W. (Org.). **O empresariamento da educação** – novos contornos da educação superior no Brasil nos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. Sed. Trad. De José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitee, 1986.
- SAVIANI, Demerval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, Celso João (org.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SGUISSARDI, Valdemar. Universidade Pública Estatal: entre o público e o privado/mercantil. **Educação & Sociedade**. Campinas, v.26, n° 90, p. 191-222, 2005.
- TEIXEIRA, Gisele Pereira, OLIVEIRA, Maria Eduarda Wildi Vinhaes de, BIER, Clerilei Aparecida, ALEXANDRE, Aline. **A mercantilização do Ensino Superior brasileiro**. Disponível em: [www.anpad.org.br/eneo/2006/dwn/eneo2006-499.pdf](http://www.anpad.org.br/eneo/2006/dwn/eneo2006-499.pdf). Acesso em: 30 de abril de 2012.